

PROCESSO : **15.156-4/2011 (7 VOLUMES)**
INTERESSADO : **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**
ASSUNTO : **CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2011**
RELATOR : **CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA**

RELATÓRIO – GESTÃO

Trata o processo das Contas Anuais de Gestão da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**, referentes ao exercício de 2011, de responsabilidade do gestor **Roland Trentini**, submetido à análise deste Tribunal de Contas, em face da competência disposta no § 1º e do art. 31 da Constituição Federal, combinado com o art. 212 da Constituição Estadual e com o inc. II, do art. 1º, da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007.

MR 87

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS	
JULGAMENTOS PELO TCE-MT DE 2008 – 2010	
Exercício 2008	julgar regulares, com determinações legais e multar
Exercício 2009	julgar regulares, com recomendações e determinações legais e multar
Exercício 2010	julgar regulares, com recomendações e determinações legais e multar

Fontes: IBGE, JNEP, Site TCE MT

As referidas contas foram apresentadas com os demonstrativos contábeis assinados pelo gestor da Prefeitura Municipal de **Alto Garças**, e por profissional credenciado, a Sra. Cléa Maria Barbosa de Souza, Contadora inscrita no Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MT) sob o número 8398/0-1.

Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do município, ficou sob a responsabilidade do Senhor **Rosemi de Oliveira** (fls. 49/58/TCE).

1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO

O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) - e depois as enviou a este tribunal para registro, conforme a seguir:

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	REGISTRO
PPA	297-6/2010	790	21/10/09		14/04/10
LDO	381-6/2011	847	10/11/10		30/09/11
LOA	857-5/2011	848	10/11/10	15,00%	26/09/11

A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 16.520.086,00** (dezesesseis milhões, quinhentos e vinte mil e oitenta e seis reais), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 15% do orçamento, com a seguinte distribuição por órgão e entidade:

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE

	VALOR	% DESP
Administração Direta	16.520.086,00	100,00%
Prefeitura Municipal	15.759.786,00	95,40%
Câmara Municipal	760.300,00	4,60%
Administração Indireta	0,00	0,00%
Total Geral Fixado	16.520.086,00	100,00%

A série histórica da Lei Orçamentária, no período 2008/2011, indica que o Município vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO

	2008	0	2010	2011
Receita Estimada	12.374.000,00	14.312.000,00	14.492.057,00	16.520.086,00
Variação %	-	15,66%	1,26%	13,99%

Fonte: Site TCE-MT

2. RECEITAS

As receitas efetivamente arrecadadas pelo Poder Executivo, totalizaram **R\$ 18.178.922,78** (dezoito milhões, cento e setenta e oito mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos).

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas do município, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **10,69%**, conforme demonstrado a seguir:

RECEITA PRÓPRIA	VALOR (R\$)	% (RECEITA PRÓPRIA/RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA)
Imposto	1.183.261,17	6,51%
IPTU	190.391,27	1,05%
IRRF	191.101,76	1,05%
ISSQN	628.658,43	3,46%
ITBI	173.109,71	0,95%
Taxa	141.648,90	0,78%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	435.643,70	2,40%
Multa/Juros de Mora /Correção Monetária s/ Tributos	490,95	0,00%
Dívida Ativa Tributária	172.703,36	0,95%
Multa/Juros de Mora/Correção Monetária s/ Dívida Ativa Tributária	8.947,17	0,05%
Total	1.942.695,25	10,69%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica das receitas orçamentárias, no período 2008/2011, revela o crescimento na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
Ano	2008	2009	2010	2011
Receitas Orçamentárias	14.203.543,62	13.164.981,48	15.566.273,56	18.178.922,78
Variação %	-	-7,31%	18,24%	16,78%
% de Receitas Próprias	7,65%	10,30%	10,70%	10,69%

Fonte: Site TCE-MT

2.1 Dívida Ativa

Durante o exercício, os créditos inscritos em Dívida Ativa aumentaram **15,76%** em relação ao estoque do exercício de 2010, enquanto a recuperação de créditos representou **7,98%** do mesmo saldo, conforme exposição a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	2.276.337,68
Inscrições no Exercício	540.291,83
Cobrança e encampação	181.650,53
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.634.978,98
% de acréscimo da Dívida Ativa	15,76%
% Recebimento da Dívida Ativa (Cobrança)	7,98%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período 2008/2011, indica oscilação, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA ATIVA				
ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo Dívida Ativa	1.647.320,40	2.911.524,29	2.276.337,68	2.634.978,98
Variação %	-	76,74%	-21,82%	15,76%

Fonte: Site TCE-MT

2.2 RECEITA ORÇAMENTÁRIA - Comparativo das Informações (Processo de Contas Anuais, APLIC e LRF-Cidadão)

Foram constatadas divergências entre os dados registrados no processo de Contas Anuais do Poder Executivo e os valores informados por meio do sistema LRF-CIDADÃO, conforme quadro a seguir:

Origens das Receitas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
Receitas Correntes	17.560.760,61	17.560.760,61	0,00	17.507.788,73	52.971,88
Receita Tributária	1.324.910,07	1.324.910,07	0,00	1.324.910,07	0,00
Receita de Contribuição	435.643,70	435.643,70	0,00	435.643,70	0,00
Receita Patrimonial	134.597,24	134.597,24	0,00	134.597,24	0,00
Transferências Correntes	15.441.283,02	15.441.283,02	0,00	15.397.337,95	43.945,07
Outras Receitas	224.326,58	224.326,58	0,00	215.299,77	9.026,81
Receitas de Capital	618.162,17	618.162,17	0,00	618.162,17	0,00
Transferências de Capital	618.162,17	618.162,17	0,00	618.162,17	0,00
Total das Receitas	18.178.922,78	18.178.922,78	0,00	18.125.950,90	52.971,88

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

3. DESPESAS

As despesas realizadas pelo Poder Executivo, no exercício, totalizaram **R\$ 16.305.351,75** (dezesesseis milhões, trezentos e cinco mil trezentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos), com a seguinte distribuição por função:

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$)	DESPESA REALIZADA -MUNICÍPIO (R\$)	DESPESA REALIZADA -PODER EXECUTIVO (R\$)
01 - Legislativa	760.300,00	758.542,16	0,00
04 - Administração	4.142.817,00	3.748.007,10	3.748.007,10
08 - Assistência Social	788.840,00	803.184,86	803.184,86
10 - Saúde	4.599.000,00	5.073.720,03	5.073.720,03

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$)	DESPESA REALIZADA -MUNICÍPIO (R\$)	DESPESA REALIZADA -PODER EXECUTIVO (R\$)
11 - Trabalho	165.300,00	181.789,22	181.789,22
12 - Educação	3.075.000,00	4.100.873,16	4.100.873,16
13 - Cultura	204.000,00	128.756,62	128.756,62
15 - Urbanismo	484.990,00	110.994,05	110.994,05
16 - Habitação	566.400,00	409.594,53	409.594,53
17 - Saneamento	132.200,00	0,00	0,00
20 - Agricultura	115.000,00	76.915,73	76.915,73
25 - Energia	302.000,00	384.781,25	384.781,25
26 - Transporte	124.000,00	25.000,00	25.000,00
27 - Desporto e Lazer	256.900,00	378.556,45	378.556,45
29 - Encargos especiais	640.000,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	163.339,00	883.178,75	883.178,75
TOTAL	R\$ 16.520.086,00	R\$ 17.063.893,91	R\$ 16.305.351,75

Fonte: LOA, Contas Anuais

3.1. DESPESA ORÇAMENTÁRIA - Comparativo das Informações (Processo de Contas anuais, APLIC e LRF-Cidadão)

Os dados constantes do processo de Contas Anuais também apresentam divergência em relação aos valores informados por meio do sistema LRF-Cidadão, conforme quadro a seguir:

Grupos de Despesas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
Despesas correntes	13.313.491,19	13.313.491,19	0,00	13.313.491,19	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.863.830,71	6.863.830,71	0,00	7.411.651,31	-547.820,60
Outras Despesas Correntes	6.449.660,48	6.449.660,48	0,00	5.901.839,88	547.820,60
Despesas de Capital	2.991.860,56	2.991.860,56	0,00	883.178,75	2.108.681,81
Investimentos	2.108.681,81	2.108.681,81	0,00	0,00	2.108.681,81
Amortização da Dívida	883.178,75	883.178,75	0,00	883.178,75	0,00
Total das Despesas	16.305.351,75	16.305.351,75	0,00	14.196.669,94	2.108.681,81

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

4. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparando a **receita estimada** com a efetivamente **arrecadada**, verifica-se excesso de **10,04%** na arrecadação. A **despesa autorizada** comparada à **despesa realizada** apresenta uma economia orçamentária de **1,87%**, conforme se observa no quadro a seguir:

COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO - CONSOLIDADO			
Receita Prevista	16.520.086,00	Despesa Autorizada	17.388.487,53
Receita Arrecadada	18.178.922,78	Despesa Realizada	17.063.893,91
Excesso na Arrecadação	1.658.836,78	Economia Orçamentária	324.593,62
% da prevista	10,04%	% da autorizada	1,87%

Fonte: Contas Anuais

Na comparação das **receitas arrecadadas** com as **despesas realizadas**, constata-se **superávit** no resultado orçamentário equivalente a 6,13% da receita, conforme demonstrado no seguinte quadro:

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	
Receita Arrecadada	18.178.922,78	01
Despesas Realizadas	17.063.893,91	71
Resultado Orçamentário	1.115.028,87	-1
Percentual da Receita	6,13%	01

Fonte: Contas Anuais

Ao analisar o resultado da execução orçamentária do município, no período de 2008 a 2011, constatou-se déficit orçamentário, com exceção de 2011, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	2008	2009	2010	2011
Receita Arrecadada	14.203.543,62	13.164.981,48	15.566.273,56	18.178.922,78
Despesas Realizadas	14.379.207,37	13.198.678,98	15.867.911,55	17.063.893,91
Resultado Orçamentário	-175.663,75	-33.697,50	-301.637,99	1.115.028,87

Fonte: Contas Anuais

5. RESULTADO FINANCEIRO (BALANÇO PATRIMONIAL)

O resultado financeiro, que é a diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.

No exercício de 2011 é possível verificar equilíbrio entre os direitos e as obrigações de curto prazo processados, uma vez que o executivo municipal dispõe de R\$ 2,04 para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA	PREFEITURA
Ativo Financeiro	2.322.137,50	0,00	2.322.137,50
Passivo Financeiro	1.140.305,10	0,00	1.140.305,10
Resultado Financeiro (Déficit / Superávit)	1.181.832,40	0,00	1.181.832,40
Quociente da Situação Financeira	2,04	0	2,04
Passivo Financeiro (Excluídos os R. P. Não Processados)	125.274,82	0,00	125.274,82
Quociente da Situação Financeira (Excluídos os R. P. Não Processados)	18,54	0	18,54

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do quociente da situação financeira, no período 2008/2011, indica capacidade do poder executivo em administrar seus compromissos de pagamentos imediatos, exceto em 2009 e 2010, conforme se pode observar:

Período		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Quociente da Situação Financeira *	Quociente da Situação Financeira (excluídos os R. P. Não Processados)
0	Executivo	1.245.575,39	1.145.618,31	1,09	1,09
	Consolidado	1.245.575,39	1.145.618,31	1,09	1,09
2009	Executivo	731.191,00	839.504,41	0,87	0,89
	Consolidado	731.191,00	889.204,60	0,82	0,84
2010	Executivo	922.976,27	1.127.541,26	0,82	1,91
	Consolidado	924.806,27	1.129.371,26	0,82	1,9
2011	Executivo	2.322.137,50	1.140.305,10	2,04	18,54
	Consolidado	2.322.137,50	1.140.305,10	2,04	18,54

6. Dívida Pública

A Dívida Pública do Município, em 31/12/2011, totalizava **R\$ 6.948.471,29** (seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil quatrocentos e setenta e um reais e vinte e nove centavos), constituindo-se de dívidas fluante e fundada:

Títulos	Saldo Exercício 2010	Movimentação no Exercício			Saldo em Dez/2011
		Inscrição	Pagamento	Cancelamento	
DÍVIDA FLUTUANTE	1.127.528,00	1.576.961,33	1.292.828,97	271.355,26	1.140.305,10
Restos a Pagar - Exercícios anteriores - Processado	56.700,65	0,00	56.700,65	0,00	0,00
Restos a Pagar - Exercícios anteriores - Não Processado	643.619,11	0,00	140.483,32	0,00	503.135,79
Restos a Pagar – 2011 – Processado	94.506,77	0,00	0,00	0,00	94.506,77
Restos a Pagar – 2011 - Não Processado	0,00	511.894,49	0,00	0,00	511.894,49
Depósitos e consignações	332.701,47	1.065.066,84	1.095.645,00	271.355,26	30.768,05
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	6.553.718,51	137.626,43	883.178,75	0,00	5.808.166,19
Lei 324/92	3.248.665,08	137.626,43	202.510,79	0,00	3.183.780,72
Lei 644/05	3.035.439,84	0,00	540.000,00	0,00	2.495.439,84
Lei 760/09	269.613,59	0,00	140.667,96	0,00	128.945,63
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	7.681.246,51	1.714.587,76	2.176.007,72	271.355,26	6.948.471,29

Fonte: Contas Anuais

Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras no período 2011, excluídos os Restos a Pagar não Processados, constata-se que a Administração Direta apresentou **suficiência financeira** para saldar os compromissos de curto prazo, correspondendo a 1853,63% sobre o total das obrigações. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta – a gestão municipal apresentou disponibilidade financeira de 1853,63% em relação às obrigações, conforme demonstra o quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	ADM. DIRETA
Disponibilidade Financeira	2.322.137,50	2.322.137,50
Obrigações Financeiras	-1.140.305,10	-1.140.305,10
Restos a pagar não processados	1.015.030,28	1.015.030,28
Obrigações Financeiras menos restos a pagar não processados	125.274,82	125.274,82
Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados	2.196.862,68	2.196.862,68
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações	1.853,63%	1.853,63%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período 2008/2011, demonstra trajetória descendente, conforme se observa a seguir:

Histórico do Saldo da Dívida Pública				
ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo da Dívida Pública	8.586.362,68	8.473.567,23	7.681.246,51	6.948.471,29
Variação %	-	-1,31%	-9,35%	-9,54%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

7. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A série histórica dos limites constitucionais e legais, no período 2008/2011, é apresentada a seguir:

	2008	2009	2010	2011
Aplicação na Educação	26,68%	30,71%	30,93%	27,25%
Aplicação na Saúde	24,33%	23,01%	22,90%	20,61%
FUNDEB	100,00%	60,80%	100,00%	96,88%
Despesa de Pessoal	46,90%	45,97%	51,57%	42,17%

8. LICITAÇÕES REALIZADAS.

Durante o exercício, a Prefeitura de **Alto Garças** realizou **46** procedimentos licitatórios no total de R\$ 2.617.115,05, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	Quantidade	% - (Qtde)	Valor da Proposta Vencedora	% - (R\$)
Convite para compras e serviços	15	32,61%	R\$ 620.129,25	23,70%
Tomada de preço p/obras e serviços de engenharia	2	4,35%	R\$ 1.084.684,80	41,45%
Dispensa de Licitação para compras, serviços e obras	5	10,87%	R\$ 214.550,00	8,20%
Inexigibilidade de Licitação	1	2,17%	R\$ 36.000,00	1,38%
Pregão Presencial	23	50,00%	R\$ 661.751,00	25,29%
TOTAL	46	0%	R\$ 2.617.115,05	100%

FONTE: APLIC

9. DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES.

Houve o registro de **02 (duas)** representações externas e **03 (três)** representações internas, até a data de inclusão do presente processo em pauta de julgamento.

PROCESSO	OBJETO	SITUAÇÃO	ATUAL FASE (20/09/2012)
6.733-4/2011	Representação externa referente a atos de improbidade administrativa no executivo municipal	Julgamento será junto com as Contas Anuais de Gestão	Encontra-se neste Gabinete para elaboração de voto

12903-8/2011	Representação externa referente atos e fatos ilegais praticados pelo gestor do município	Julgamento será junto com as Contas Anuais de Gestão	Encontra-se neste Gabinete para elaboração de voto
16.367-8/2011	Representação proposta pela 2ª SECEX referente ao descumprimento do prazo de envio de documentos e informações, pecas de planejamento Aplic/2011	Representação julgada procedente em 17/07/2012	Encontra-se na Presidência para análise.
2.802-9/2012	Representação interna proposta pela SECEX de obras e serviços de engenharia referentes a indícios de irregularidades no envio de informações pelo sistema geo obras do 2 quadrimestre 2011	Não foi julgada até a presente data.	Encontra-se para análise de defesa, na Secex de Obras e Serviços de Engenharia
4.271-4/2012	Representação interna referente a inadimplência no envio de documentos e informações relativas ao 2º e 3º quadrimestres/2011	Representação julgada procedente em 28/05/2012	Encontra-se na Gerência de Registro e Publicações para publicação do despacho do Julgamento Singular

10. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA.

Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo da Segunda Relatoria, a Auditora Público Externo, Maria das Dores Silva Modesto, após os trabalhos de auditoria, tomando por base informações prestadas a este tribunal através do Sistema APLIC, como também das informações extraídas dos sistemas informatizados da entidade, elaboraram o relatório de preliminar de fls. 319/357-TCE, relacionando **09 (nove)** irregularidades.

Efetuada a citação regimental, conforme documento que consta às fls. 360-TCE, o gestor, **Roland Trentini**, apresenta sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu, pertinentes às fls. 364/2528-TCE. Após a análise, a equipe técnica concluiu, às fls. 2529/2554-TCE, pela permanência de **06 (seis)** irregularidades, sendo 04 graves e 02 sem classificação de acordo com a Resolução Normativa 17/2010-TCE/MT, conforme a seguir:

9.1) MB 03. Prestação de Contas. Divergências entre as informações enviadas por meio físico e/ou eletrônico e as constatadas pela Equipe Técnica (art. 175 da Resolução 14/207 – Regue. Interno do TCE/MT).

9.1.1) Montante da despesa fixada registrada no Anexo 12 (físico e Aplic) diverge dos demais Anexos 11, 13 e 15 (físico e Aplic), em R\$ 760.300,00. Item 3.2;

9.1.2) Divergência entre o montante licitado da Relação fornecida (R\$ 5.527.592,34) e o montante informado no Sistema Aplic (R\$ 4.894.564,76). Item 3.3.

9.1.3) O montante do Saldo da Dívida Tributária diverge entre o Balanço Patrimonial (físico) e Balanço Sistema Aplic. Item 3.6;

9.1.4) Os valores relativos as inscrições e recebimentos de tributos em dívida ativa registrados no Anexo 15 do Sistema Aplic, não estão registrados na opção de consulta “Informes Mensais do Sistema Aplic. Item, 3.6;

9.2) MB 01 – Prestação de Contas. Sonegação de documentos e informações do Tribunal de Contas (art. 215 da Const. Estadual e art. 36, § 1º, da Lei Complementar nº 269/2007).

9.2.1) Não envio de informações para o Sistema Aplic sobre pagamento do seguro obrigatório dos veículos do Poder Executivo Municipal. Item 3.10;.

9.2.2) Não envio de informações para o Sistema Aplic sobre Edital, Avisos de Licitações e Certidões de Regularidade das Empresas . Item 3.3.2, 3.3.3, 3.3.4, 3.3.5,

9.2.3) Não envio de informações para o Sistema Aplic sobre o Convite nº 18 e o Pregão nº 31/2011, Item 3.3.1;

9.2.4) Não envio de informações para o Sistema Aplic da publicação dos extratos dos contratos nºs 08, 29, 31 e 32 /2011. Item 3.4;

9.2.4) Não envio de informações sobre a elaboração das Normas de rotinas e procedimentos de controle interno dos seguintes Sistemas: Sistema de Comunicação Social. Sistema Jurídico, Sistema de Serviços Gerais e Sistema de Tecnologia da Informação. Item 3.12.

9.3) Sem classificação: Ausência de comprovação e da motivação para o cancelamento de consignações no total de R\$ 271.355,26. Item 3.5.4;

9.4) Sem classificação. Ausência de registro no Anexo 15 (físico) dos valores relativos à inscrição e ausência de comprovação do montante relativo baixa da Dívida Ativa Tributária. Item 3.6.1;

9.5) KB 10- Pessoal. Não provimento dos cargos de natureza permanente mediante concurso público (art. 37, II, da Constituição Federal).

9.5.1) O cargo de controlador interno não é ocupado por servidor efetivo, conforme estabelece a Resolução de Consulta nº 24/2008 deste Tribunal. Item 3.12;

9.9) HB 04- Contrato. Inexistência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por um representante da Administração especialmente designado (art. 67 da Lei nº 8666/93). Item 3.4 – Contratos nºs 08, 29, 31 e 32 /2011.

11. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Submetido o processo à apreciação do Ministério Público de Contas, o Procurador, Dr. Gustavo Coelho Deschamps, através do Parecer 3547/2012 (fls. 2558/2572-TCE), manifestou-se no sentido de julgar **regulares** as Contas Anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de Alto Garças, exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Roland Trentini, **com recomendações e determinações legais, e aplicação de multa** ao gestor, em razão das **irregularidades 9.1, 9.2, 9.5 e 9.9**, como também **pelo recebimento e procedência Representação de Natureza Externa 12903-8/2011**, com multa e determinação para que a atual gestão cumpra a Portaria Ministerial 3.178/2010 do Ministério da Saúde, garantindo o pagamento da diferença da remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde **contratados desde julho de 2010.**

Esse é o Relatório.